



Prefeitura Municipal de Paulínia 2021

TARDE

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Além deste caderno de questões, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
 - o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal de Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

“Felicidade é uma escrivanhinha muito pequena e uma grande cesta de lixo.”

Sofre esse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A forma diminutiva escrivanhinha mostra valor depreciativo.
- (B) A conjunção e equivale a uma adversativa.
- (C) os adjetivos pequena/grande mostram uma incoerência.
- (D) a locução de lixo indica uma qualidade de cesta.
- (E) o adjetivo grande tem valor dimensional.

2

Assinale a opção que apresenta a frase em que a oração reduzida foi substituída adequadamente por uma oração desenvolvida.

- (A) Há apenas um dever: o de sermos felizes / de que fôssemos felizes.
- (B) Felicidade é como um beijo: você deve compartilhar para aproveitá-lo / para que o aproveitasse.
- (C) Felicidade é a única coisa que podemos dar sem possuir / sem que a possuamos.
- (D) As pessoas mais felizes são aquelas que não têm nenhuma razão específica para serem felizes, exceto pelo fato de que elas são / para terem felicidade.
- (E) Você não será feliz com mais até ser feliz com o que você já tem / até que sejam felizes com o que você já tem.

3

Todas as frases abaixo estão ligadas ao mundo do futebol e nelas se destaca uma expressão popular.

Assinale a opção em que a mudança proposta de substituição de uma dessas expressões por linguagem formal está adequada.

- (A) “O Mundial de Futebol é competição e competição é guilhotina. Quem perder, dança.” / está eliminado.
- (B) “Não me considero um jogador violento. O problema é que às vezes fico de cabeça quente e tenho reações inesperadas.” / preocupado.
- (C) “Para ser técnico num país de 150 milhões de técnicos, só mesmo tendo um saco de ouro.” / bom-humor.
- (D) “O futebol brasileiro virou a casa da mãe Joana.” / espaço de corrupção.
- (E) “Os jornalistas de esporte só têm 50 perguntas que fazem em quaisquer circunstâncias. O diabo é que, se você der oportunidade, eles fazem todas elas.” / interessante.

4

“Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da Lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que, como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.”

Esse é o início do romance Dom Casmurro; é correto afirmar, sobre esse texto, que se trata de texto

- (A) narrativo com sequências descritivas e argumentativas.
- (B) narrativo com sequências descritivas.
- (C) descritivo, com sequências narrativas e argumentativas.
- (D) narrativo com sequências expositivas.
- (E) descritivo com sequências descritivas e expositivas.

5

Em todas as frases abaixo houve a utilização do advérbio onde.

Assinale a opção que apresenta a frase em que, segundo a gramática tradicional, deveria ser usada a forma mais adequada aonde.

- (A) Felicidade é um lugar onde você pode pousar, mas não pode fazer seu ninho.
- (B) Se você já construiu castelos no ar, não tenha vergonha deles. Estão onde devem estar. Agora, dê-lhes alícerces.
- (C) Quantas vezes eu descobri onde eu deveria ir apenas por partir para algum outro lugar.
- (D) O importante da vida não é a situação onde estamos, mas a direção para a qual nos movemos.
- (E) Um bom lugar para você começar é de onde você está.

6

Em todas as frases abaixo ocorrem locuções adverbiais.

Assinale a frase em que uma dessas locuções foi substituída por um advérbio de valor equivalente.

- (A) “Nenhum banco morre de repente.” / subitamente.
- (B) “As mudanças nunca ocorrem sem inconvenientes, até mesmo do pior para o melhor.” / inconvenientemente.
- (C) “Um homem muito lido nunca cita com precisão.” / claramente.
- (D) “O sol é novo a cada dia.” / repetidamente.
- (E) “Repreende o amigo em segredo e elogia-o em público.” / francamente.

7

Analise a definição a seguir.

Ópera é quando um sujeito recebe uma facada nas costas e, em vez de sangrar, canta.

Essa definição não segue o modelo oficial de dar o significado do termo a ser definido, mas cita um exemplo de situação das óperas.

Assinale a opção que apresenta a definição que segue o modelo acima.

- (A) A arte é a mais bela das mentiras.
- (B) A arte é a magia livre da mentira de ser verdade.
- (C) A pintura é poesia silenciosa.
- (D) A arte é o amarelo de Van Gogh.
- (E) A arte é a busca do inútil.

8

Em todas as frases abaixo temos, destacada, uma oração adjetiva.

Assinale a opção que apresenta a proposta adequada de substituição de uma dessas orações.

- (A) Não há acaso no governo das coisas humanas, e a fortuna é apenas uma palavra que não tem sentido nenhum / insensível.
- (B) Não sei se as outras pessoas são como eu, mas logo que acordo gosto de desprezar os que dormem / dorminhocos.
- (C) O arqueiro que ultrapassa o alvo falha tanto como aquele que não o alcança / preciso.
- (D) Outrora os analfabetos eram os que não iam à escola; hoje são os que a frequentam / preguiçosos.
- (E) O barômetro é um instrumento engenhoso que indica o tempo que estamos tendo / ocioso.

9

Em todos os pensamentos abaixo, o enunciador teve a preocupação de construir frases com paralelismo sintático.

Assinale a opção que apresenta a frase em que essa preocupação acaba por gerar um **erro gramatical**.

- (A) Eu pego as lendas e as transformo em coisas comuns; Mozart pega as coisas comuns e as transforma em lendas.
- (B) Sucesso é conseguir o que você quer e felicidade é gostar do que você conseguiu.
- (C) As grandes épocas dizem: a arte. As épocas mediócras dizem: as artes.
- (D) A crítica é fácil e a arte é difícil.
- (E) Felicidade é alguém para amar, algo para fazer e algo para aspirar.

10

Nas opções a seguir aparecem adjetivos em sequência; assinale a frase em que essa sequência mostra uma intensificação no sentido dos adjetivos.

- (A) A mera preocupação gramatical só produz escritores entanguidos, enfezados, pesadões e desluzidos.
- (B) Autores são como gatos porque são quietos, amáveis e sábias criaturas, e os gatos se parecem com os autores pelas mesmas razões.
- (C) O avião é ainda o meio mais seguro, rápido, sofisticado e caro para se chegar atrasado a qualquer lugar.
- (D) Quantas bonitas, belas, lindas árvores deram sua vida para que o escândalo do dia pudesse chegar sem atraso a um milhão de leitores.
- (E) Com a notícia todos ficaram inquietos, alarmados, temerosos e preocupados com o destino da empresa.

Raciocínio Lógico**11**

As irmãs Laura, Míriam, Paula e Rita nasceram em anos diferentes e possuem alturas diferentes. Com elas foi organizada uma fila da mais baixa para a mais alta.

Sabe-se que:

- Laura é mais jovem que Rita.
- Laura está imediatamente à frente de Míriam, que é a mais jovem de todas.
- A mais alta não é a mais velha.
- Paula é mais baixa do que Rita, mas não é a mais baixa de todas.

É correto concluir que:

- (A) Paula é a primeira da fila.
- (B) a mais velha está no 3º lugar da fila.
- (C) Míriam é mais baixa que Laura.
- (D) Laura está imediatamente atrás de Míriam.
- (E) a primeira da fila é mais velha que Paula.

12

Considere a afirmação:

“Uma proposta, se apresentada com clareza, não é recusada”.

A **negação lógica** dessa afirmação é:

- (A) Uma proposta é apresentada com clareza e é recusada.
- (B) Uma proposta não é apresentada com clareza e é recusada.
- (C) Se uma proposta não é apresentada com clareza, não é recusada.
- (D) Se uma proposta não é recusada, foi apresentada com clareza.
- (E) Se uma proposta não é recusada, não foi apresentada com clareza.

13

A sede de uma empresa de engenharia fica situada no bairro do Morumbi. Sabe-se que 60% das pessoas que trabalham na empresa são homens, que metade das mulheres que trabalham na empresa moram no Morumbi e que 30% do total de pessoas que trabalham na empresa moram no Morumbi.

A empresa tem 80 funcionários homens que não moram no Morumbi.

O número total de funcionários da empresa é

- (A) 120.
- (B) 140.
- (C) 160.
- (D) 180.
- (E) 200.

14

Uma faixa decorativa foi desenhada usando a palavra PAULINIA e sua grafia ao contrário, AINILUAP seguidas, sem repetir a letra comum das extremidades:

PAULINIAINILUAPPAULINIAINILUAPPAUL...

A milésima letra dessa faixa é

- (A) A.
- (B) U.
- (C) L.
- (D) N.
- (E) I.

15

Mário, Jorge, Carlos, Pedro e Lauro fazem parte da chapa eleita para a diretoria de um clube e três deles ocuparão os cargos de diretor, vice-diretor e tesoureiro. Para decidir a distribuição dos cargos foi organizada uma outra eleição, em que cada sócio deveria assinalar, na cédula a seguir, o número 1 ao lado do nome indicado para o cargo de diretor, o número 2 para o de vice-diretor e o número 3 para o cargo de tesoureiro, deixando vagos os outros dois espaços.

Mário	
Jorge	
Carlos	
Pedro	
Lauro	

Terminada a eleição a apuração mostrou que todas as cédulas foram preenchidas corretamente e a soma dos números dados a cada uma das cinco pessoas foram:

- Mário: 134
- Jorge: 105
- Carlos: 98
- Pedro: 152
- Lauro: 147

O número de pessoas que participou dessa eleição foi

- (A) 92.
- (B) 94.
- (C) 96.
- (D) 102.
- (E) 106.

Matemática Financeira

16

Em 30 dias, um auditor autua a uma taxa média de 18 empreendimentos em decorrência de recolhimento de tributo a menor.

O valor esperado do número de dias em que esse auditor não autua nenhum empreendimento é de

- (A) $18/30 e^{1,6}$
- (B) $30/18 e^{0,6}$
- (C) $30/18 e^{1,6}$
- (D) $18/30 e^{-0,6}$
- (E) $30 e^{-0,6}$

17

Um indivíduo avalia a compra de um imóvel financiado em 30 anos utilizando o Sistema de Amortização Constante – SAC, com taxa juros de 0,5% ao mês. O pagamento é postecipado, sendo a primeira prestação no valor de R\$ 4.480,00.

O sujeito pondera que consegue fazer o seu dinheiro render à mesma taxa de juros mensais do financiamento, razão pela qual decide efetuar aplicações mensais, iguais e sucessivas para que, ao final de 5 anos, obtenha o mesmo montante que pretendia inicialmente financiar.

O valor mensal que esse indivíduo deve depositar, a partir do primeiro mês, em reais, para conseguir seu intento, é de, aproximadamente,

(Utilize a aproximação $(1,005)^{-60}=0,75$)

- (A) 5.970.
- (B) 9.690.
- (C) 11.520.
- (D) 18.850.
- (E) 26.880.

18

Uma aplicação de R\$ 100.000,00, após dois meses, resultou em um montante de R\$ 130.000,00. Considerando a incidência de imposto e taxa sobre o rendimento de 25% e a taxa mensal de inflação de 5%, a taxa de juros real durante o período de aplicação foi de, aproximadamente,

- (A) -3%
- (B) -1%
- (C) 0%
- (D) 11%
- (E) 17%

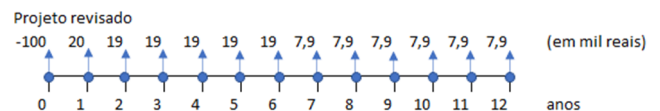
19

Uma sociedade empresária, cuja taxa mínima de atratividade é 10% ao ano, pretende expandir seus negócios atuando em um novo empreendimento. Após análise do projeto original, decidiu-se por não investir no empreendimento porque o valor atual do fluxo de caixa restou negativo em 25,47 mil reais.



Diante da referida constatação, foram realizadas algumas alterações no projeto, a saber: o investimento inicial foi reduzido pela metade; as entradas, do segundo até o último ano, foram reduzidas em 12,1 mil reais; e a entrada ao fim do primeiro ano permaneceu inalterada.

O novo fluxo do projeto está representado a seguir:



O valor atual do fluxo revisado é, em mil reais, de

(Utilize a aproximação: $1,1^{-11}=0,35$)

- (A) 3,03.
- (B) 12,1.
- (C) 18,03.
- (D) 28,55.
- (E) 71,45.

20

Um grupo de especialistas utiliza técnicas estatísticas para quantificar a incerteza de eventos esportivos.

Ao apurar as chances de cada equipe chegar à final de um importante campeonato de futebol, os especialistas concluem que a probabilidade de que os times X e Y joguem a partida decisiva é de $\frac{3}{7}$ e $\frac{2}{7}$, respectivamente, enquanto a probabilidade de que ambos estejam na final é $\frac{1}{7}$.

Sabendo que o time X está classificado para a partida final, a probabilidade dessa equipe enfrentar o time Y é de

- (A) $\frac{1}{7}$
- (B) $\frac{1}{3}$
- (C) $\frac{4}{7}$
- (D) $\frac{2}{3}$
- (E) $\frac{6}{7}$

Conhecimentos Específicos

21

João, Auditor Fiscal Tributário do Município Alfa, atualmente exerce o cargo de Secretário Municipal de Fazenda. Sua principal assessora, Maria, é servidora ocupante de cargo exclusivamente em comissão. Ocorre que, no próximo mês, Maria completará 75 anos de idade. João está preocupado em perder sua melhor e mais experiente assessora caso ela tenha que se aposentar compulsoriamente. Ao consultar o Procurador-Geral do Município, João foi informado de que, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Maria:

- (A) não precisará se aposentar aos 75 anos, pois os servidores, ainda que ocupantes de cargo efetivo, que exercem função de assessoramento a agentes políticos, como Secretários Municipais, não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional.
- (B) será aposentada compulsoriamente aos 75 anos, pois todos os servidores públicos, incluídos os ocupantes de cargos efetivos e de cargos exclusivamente em comissão, se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional.
- (C) será aposentada compulsoriamente aos 75 anos, pois todos os servidores públicos se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional e, caso João, na qualidade de chefe imediato da servidora, não noticiar tal fato ao setor de recursos humanos, será responsabilizado administrativamente.
- (D) será aposentada compulsoriamente aos 75 anos, pois todos os servidores públicos, incluídos os ocupantes de cargos efetivos e cargos exclusivamente em comissão, se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, exceto os servidores contratados temporariamente.
- (E) não precisará se aposentar aos 75 anos, pois os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no texto constitucional, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo.

22

A Vigilância Sanitária do Município Alfa recebeu denúncia de que o Supermercado Beta estaria expondo à venda produtos alimentícios impróprios para consumo. Por determinação da autoridade competente, servidores públicos municipais da vigilância sanitária realizaram fiscalização no mencionado supermercado e constataram que, de fato, estavam sendo vendidos produtos alimentícios com validade vencida e visivelmente estragados. Com base em lei municipal, os produtos foram imediatamente apreendidos para fins de perícia e, findo o processo administrativo, foram aplicadas as sanções administrativas previstas em lei ao supermercado. Na situação narrada, o Município Alfa agiu:

- (A) no regular uso do poder regulamentar, sendo desnecessária prévia intervenção judicial para apreensão do produto, em razão do atributo da imperatividade do ato administrativo.
- (B) com abuso de poder, eis que a aplicação de sanções administrativas apenas poderia ocorrer após processo judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) no regular uso do poder hierárquico, sendo desnecessária prévia intervenção judicial para apreensão do produto, em razão do atributo da imperatividade do ato administrativo.
- (D) com abuso de poder, eis que a diligência de fiscalização apenas poderia ocorrer mediante a exibição ao mercado de mandado judicial de busca e apreensão;
- (E) no regular uso do poder de polícia, sendo desnecessária prévia intervenção judicial para apreensão do produto, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.

23

João é servidor público municipal responsável pelo controle interno do Município Alfa. No exercício de suas atividades, João verificou que foi celebrado contrato administrativo com dispensa de licitação entre a municipalidade e a sociedade empresária Gama com superfaturamento. Tendo em vista que o servidor responsável pela ilegalidade é o Secretário de Educação José, amigo de infância de João, ao tomar conhecimento do superfaturamento, João não deu ciência dos fatos ao Tribunal de Contas, nem a qualquer outro órgão de controle. Em razão dos fatos narrados, João pode ser responsabilizado em diferentes esferas, sendo certo que, de acordo com o próprio texto constitucional, o servidor está sujeito à

- (A) multa civil de até cinco vezes o valor de sua remuneração.
- (B) multa administrativa de até três vezes o valor do dano ao erário.
- (C) imputação de débito de até 50% (cinquenta por cento) do valor do dano ao erário.
- (D) responsabilidade solidária pelos danos ao erário decorrentes do superfaturamento.
- (E) responsabilidade subsidiária pelos danos ao erário decorrentes do superfaturamento.

24

Maria foi eleita Prefeita do Município Alfa e iniciou sua gestão há seis meses. Nesse período, Maria está tomando todas as providências necessárias para sanar as irregularidades e os prejuízos deixados pelo anterior Prefeito. No entanto, Maria está preocupada que, a qualquer momento, ocorra a inscrição do Município Alfa em cadastros restritivos fundada em irregularidades praticadas pela gestão anterior. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, no caso narrado, aplica-se o princípio da

- (A) autotutela, que inibe a aplicação de severas sanções a entidades federativas por ato de gestão anterior, independentemente de o novo Administrador estar tomando as providências cabíveis à reparação dos danos ao erário.
- (B) impessoalidade, segundo o qual não importa quem seja a pessoa natural atualmente ocupando o cargo de chefe do Executivo, devendo ocorrer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior, em qualquer hipótese.
- (C) intrascendência subjetiva das sanções, que inibe a aplicação de severas sanções a entidades federativas por ato de gestão anterior, desde que o novo Administrador esteja tomando as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.
- (D) responsabilidade objetiva, segundo o qual não importa quem seja a pessoa natural atualmente ocupando o cargo de chefe do Executivo, devendo ocorrer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior, em qualquer hipótese.
- (E) continuidade da administração pública, segundo o qual não pode ocorrer interrupção fictícia das atividades administrativas, devendo ocorrer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior, em qualquer hipótese.

25

A Ouvidoria do Município Alfa recebeu uma representação anônima dando conta de que Joana, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal Tributário do Município, estaria, no exercício da função, recebendo propina para favorecer determinado contribuinte. Para apurar indícios preliminares de veracidade do noticiado, o órgão competente municipal deu início à sindicância que, após os trâmites regulares, ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) em face de Joana. Com intuito de anular judicialmente o PAD, Joana contratou advogado que lhe informou que, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima é

- (A) permitida, desde que, no curso da apuração, haja identificação superveniente do noticiante, para sanar o vício inicial do anonimato do noticiante.
- (B) permitida, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, diante do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- (C) vedada, diante da expressa proibição, no texto constitucional, do anonimato para dar início à aplicação do direito administrativo sancionador.
- (D) vedada, diante de expressa proibição no texto constitucional, sob pena de violação aos princípios constitucionais da impessoalidade e isonomia.
- (E) vedada, seja diante de expressa proibição no texto constitucional, seja para viabilizar a identificação de eventual autor do ilícito de denúncia caluniosa.

26

José, Auditor Fiscal Tributário do Município Alfa, por entender ter preenchido todos os requisitos legais, deu entrada em seu pedido de aposentadoria e o órgão competente do Município, após a devida análise, encaminhou ao Tribunal de Contas, para apreciar, para fins de registro, a legalidade do ato da concessão inicial de aposentadoria. Ocorre que o Tribunal de Contas já está analisando o caso há seis anos e até agora não proferiu sua decisão quanto ao registro da aposentadoria de José. No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, caracterizado pela atividade de auditoria entre a Corte de Contas e a Administração Pública, está sujeito aos princípios da boa-fé objetiva, da proteção da confiança e da segurança jurídica, que se afirmam em favor do administrado, devendo ser observado o prazo decadencial de um ano para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
- (B) o controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas sobre os atos de concessão inicial de aposentadoria, para fins de registro, se dá sobre o ato já praticado pela autoridade administrativa competente, razão pela qual a aposentadoria se qualifica como ato administrativo composto e não complexo, não havendo que se falar em qualquer prazo para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
- (C) o controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas sobre os atos de concessão inicial de aposentadoria, para fins de registro, se dá sobre o ato inicialmente praticado pela autoridade administrativa competente, razão pela qual a aposentadoria se qualifica como ato administrativo complexo, não havendo que se falar em qualquer prazo para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
- (D) em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à Corte de Contas, após o qual se considerará definitivamente registrado.
- (E) em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de três anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à Corte de Contas, após o qual se considerará definitivamente registrado.

27

Em um momento no qual a Região Norte do país estava assolada por uma calamidade de grandes proporções, foi promulgada a Emenda Constitucional nº XX, que modificou o sistema brasileiro de seguridade social. A reforma assim aprovada, que tinha sido rejeitada na mesma legislatura, mais especificamente no ano retrasado, foi muito comemorada por alguns setores da sociedade, mas somente entraria em vigor no primeiro dia do ano seguinte à sua promulgação.

Insatisfeito com o teor da reforma, o Partido Político XX consultou seu advogado sobre a existência de possíveis infrações aos limites constitucionais ao exercício do poder reformador, bem como se poderia ser deflagrado o controle concentrado de constitucionalidade.

Assinale a opção que apresenta a informação correta dada pelo advogado.

- (A) Não foram infringidos quaisquer dos limites constitucionais ao exercício do poder reformador.
- (B) Foram infringidos limites materiais ao exercício do poder reformador, mas não seria possível deflagrar o referido controle, pois a emenda ainda não era eficaz.
- (C) Foram infringidos limites circunstanciais ao exercício do poder reformador, sendo possível deflagrar o referido controle, em razão da promulgação da emenda.
- (D) Foram infringidos limites circunstanciais e temporais ao exercício do poder reformador, sendo possível deflagrar o referido controle, em razão da promulgação da emenda.
- (E) Foram infringidos limites materiais, circunstanciais e temporais ao exercício do poder reformador, mas não seria possível deflagrar o referido controle, pois a emenda ainda não era efetiva.

28

Maria, moradora da zona urbana do Município Beta e que acabara de ser eleita vereadora na eleição que se realizara no dia anterior, constatou que uma siderúrgica que funcionava no Município Alfa, limítrofe ao seu, emitia um elevado volume de gases poluentes na atmosfera. Com isso, a qualidade do ar estava sendo drasticamente afetada.

Em razão dessa constatação, procurou um advogado e indagou a respeito da natureza do interesse afetado pela conduta da siderúrgica e da ação que ela própria poderia ajuizar em relação a esse fato.

O advogado respondeu às duas indagações de Maria, informando-lhe corretamente que se tratava de interesse

- (A) difuso, passível de ser tutelado apenas com o ajuizamento de ação popular.
- (B) coletivo, passível de ser tutelado via ação popular ou ação civil pública.
- (C) difuso, restando a Maria apenas a possibilidade de representar ao Ministério Público.
- (D) coletivo, podendo ser ajuizada ação popular, desde que Maria atue em conjunto com um cidadão do Município Alfa.
- (E) individual homogêneo, de modo que Maria pode ajuizar ação ordinária em benefício da generalidade dos moradores.

29

Antônio ajuizou ação ordinária em face de Pedro. O seu pedido foi julgado procedente em primeira instância, sendo a sentença reformada em grau de apelação, com o correlato exaurimento da instância ordinária, sob o argumento de que aplicar-se-ia ao caso a Lei estadual nº XX.

Como Antônio argumentava que esta Lei estadual colidia com a Lei Federal nº YY, sendo, portanto, inválida, é possível que ele venha a interpor, observados os demais requisitos exigidos, o recurso

- (A) especial, a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) ordinário, a ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) ordinário, a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) extraordinário, a ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) de embargos de divergência, a ser julgado pelo respectivo Tribunal de Justiça.

30

João foi convocado para a prestação de determinado serviço de relevante interesse público, regularmente instituído pela ordem jurídica brasileira. Em resposta, comunicou à autoridade competente que não iria atender à convocação por motivo de convicção filosófica diversa.

À luz da ordem constitucional, a conduta de João é

- (A) lícita, desde que seja reconhecida em juízo a veracidade de sua convicção filosófica.
- (B) ilícita, não sendo amparada pela ordem constitucional a negativa com base em convicção filosófica.
- (C) ilícita, já que, nas circunstâncias indicadas, o interesse individual tem peso inferior ao interesse público.
- (D) lícita, devendo cumprir a prestação alternativa fixada em lei, e, não o fazendo, terá os direitos políticos suspensos.
- (E) lícita, e também poderá negar-se a cumprir a prestação alternativa fixada em lei, daí decorrendo a sanção de multa.

31

José Machado e Ana Maria conheceram-se na faculdade em 2004, como alunos do curso de Administração, e casaram-se em 2006. Na época, nenhum dos dois era titular de um patrimônio expressivo e pretendiam empreender juntos, constituindo uma sociedade empresária. Por esse motivo, entenderam mais adequado celebrar o casamento sob o regime da comunhão parcial de bens, compartilhando os sucessos e fracassos da nova atividade.

Contudo, os planos alteraram-se. Em 2009, José Machado iniciou o curso de Direito e em 2021 recebeu a notícia da aprovação no concurso para Auditor-Fiscal. Já Ana Maria tornou-se uma empresária de sucesso e prepara-se para iniciar um negócio de altíssimo risco na área de inovação. Diante das vidas profissionais muito distintas, com diferentes expectativas de ganhos financeiros, o José pretende modificar o regime de bens do casamento para a separação convencional.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alteração de regime de bens durante o casamento é permitida, bastando-se fazer um novo pacto antenupcial, sendo desnecessária a autorização judicial.
- (B) A alteração de regime de bens é permitida, desde que haja autorização judicial postulada pelo casal, sendo despendida a motivação, desde que não cause prejuízo a terceiros.
- (C) O regime de bens do casamento poderá ser alterado, desde que haja autorização judicial postulada por qualquer um dos cônjuges, sendo necessário motivar o pedido e demonstrar que a mudança não causa prejuízo a terceiros.
- (D) A alteração de regimes é permitida, desde que haja autorização judicial a ser concedida diante de um pedido motivado, o qual deve ser feito por ambos os cônjuges, bem como o resguardo de direitos de terceiros.
- (E) A alteração de regime não é permitida, visto que a função do patrimônio comum é a garantia de credores e a mudança configura fraude contra credores.

32

Leonardo contraiu empréstimo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) de seu amigo Alberto. As partes avençaram que o contrato seria gratuito, mas, como Leonardo era conhecido por suas dificuldades financeiras, Alberto exigiu uma garantia da restituição do valor mutuado. Assim, Leopoldo, pai de Leonardo, ofereceu seu próprio apartamento em hipoteca para garantir a dívida.

Vencido o prazo contratual, Leonardo não conseguiu realizar o pagamento e ofereceu a Alberto um lote de terreno, não edificado, avaliado em valor aproximado, em pagamento da dívida – o que o mutuante prontamente aceitou, dando quitação ao mutuário. Poucos dias depois, porém, Alberto foi surpreendido com a notícia de que o terreno jamais pertenceu a Leonardo, sendo de propriedade de um terceiro, que reivindicou e logrou judicialmente reaver bem.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Alberto não pode mais cobrar de Leonardo a dívida do empréstimo, que foi extinta com a quitação, nem executar a garantia, mas ainda lhe resta a possibilidade de cobrar perdas e danos.
- (B) Em decorrência da perda do terreno, Alberto volta a poder cobrar o valor da dívida do empréstimo em face de Leonardo, mas não conta mais com nenhuma garantia.
- (C) Alberto, após a reivindicação do terreno pelo terceiro, poderá cobrar o valor da dívida do empréstimo em face de Leonardo e ainda conta com a garantia hipotecária, em caso de inexecução.
- (D) Como Alberto já dera quitação do débito a Leonardo, resta-lhe apenas executar a garantia hipotecária que fora prestada por Leopoldo, além de cobrar eventuais perdas e danos.
- (E) Embora o bem tenha sido reivindicado por terceiro, Alberto ainda poderá defender seu direito real de propriedade sobre o terreno, pois adquirente de boa fé.

33

Alice constitui usufruto de sua casa na praia, avaliada em R\$ 1.500.000,00, para sua amiga Cláudia. Alice abre mão da caução e fixa prazo de 5 anos para o usufruto. Cláudia, por sua vez, não faz inventário do estado em que encontrava o imóvel.

Esgotado o prazo estipulado, Alice pleiteia a retomada da casa e se surpreende com o fato de que todas as partes e utensílios de metal do imóvel tiveram perda total, necessitando de substituição imediata para manter condições habitabilidade. Alice calcula um prejuízo de R\$ 20.000,00, pois Cláudia não havia tomado qualquer medida de combate à corrosão.

Confrontada pela proprietária, Cláudia se defende dizendo que o problema foi uma consequência natural da maresia, de modo que ela não teria nada a que fazer.

Sobre o posicionamento de Cláudia, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cláudia está correta, visto que o usufrutuário não é obrigado a pagar o perecimento decorrente do uso regular do usufruto, e não há absolutamente nada que possa ser feito contra a corrosão provocada pela maresia.
- (B) Cláudia não está correta, pois o desgaste deveria ser reparado, ante o dever de conservação do bem, o que poderia evitar a perda completa dos materiais metálicos.
- (C) Cláudia não está correta, haja vista que o usufruto pactuado é da espécie onerosa.
- (D) Cláudia está correta, pois Alice abriu mão da caução e assumiu, portanto, o risco de prejuízo.
- (E) Cláudia está correta, pois a deterioração das peças de metal é inerente às condições ambientais em que a casa se encontra.

34

Augusto trafegava com seu automóvel em baixa velocidade por sua vizinhança quando foi surpreendido por Lúcia, que atravessava a rua naquele momento. Não conseguindo frear a tempo, Augusto atingiu Lúcia com o veículo, causando lesões em seu corpo e o perecimento de seu aparelho de telefonia celular.

Após muitos meses em recuperação, Lúcia, que não permaneceu com nenhuma sequela física, ingressou com ação indenizatória por danos materiais (perda do celular) e morais em face de Augusto. Este, porém, pretende alegar, em sua defesa, que Lúcia atravessou a via pública falando distraidamente ao celular e desrespeitando uma placa que expressamente proibia a travessia de pedestres no local.

À luz do caso narrado, é correto afirmar que as alegações deduzidas por Augusto em defesa, se comprovadas,

- (A) evidenciarão a responsabilidade integral por parte de Augusto, ante a sua condição motorista.
- (B) demonstrarão que Augusto agiu no exercício regular de seu direito.
- (C) afetarão a análise do nexo causal, levando ao afastamento do dever de indenizar ou à redução da indenização.
- (D) permitirão concluir que Lúcia não sofreu dano moral.
- (E) afastarão o dever de indenizar o aparelho de telefonia celular.

35

A sociedade empresária *Construções 100% Ltda.*, prestadora de serviços de construção, conservação e reforma a terceiros, deixou de declarar e de pagar ISS, tributo sujeito a lançamento por homologação, relativo a um período de 3 meses.

A respeito desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, o Fisco Municipal poderá exercer seu direito de constituir o crédito tributário por meio de

- (A) autolancamento, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- (B) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- (D) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- (E) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

36

Autoridade fiscal federal recebeu pedido de autoridade de autarquia estadual para fornecimento de informações protegidas pelo sigilo fiscal de servidor público estadual que respondia a processo administrativo disciplinar perante a autarquia estadual onde está lotado. O objetivo de tal pedido era investigar o referido servidor estadual por prática de infração administrativa referente a possíveis atos de corrupção no exercício da função pública.

À luz do Código Tributário Nacional, tais informações protegidas pelo sigilo fiscal só poderiam ser entregues

- (A) mediante autorização judicial.
- (B) pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo.
- (C) caso existente convênio entre o órgão requerente e o órgão requerido.
- (D) a autoridades vinculadas a entidades da Administração Direta.
- (E) caso instaurado simultaneamente inquérito policial ou processo criminal.

37

Lucas tomou posse, com ânimo de dono, de mansão em área urbana que pertencera a seu falecido tio, localizada em zona nobre da cidade.

A fiscalização, tendo feito diligência no local, identificou Lucas como possuidor e também a existência de algumas esculturas de alto valor no jardim do imóvel. Em razão desta inspeção, o Fisco Municipal inscreveu Lucas no cadastro de contribuintes de IPTU na condição de responsável tributário, sem revestir a condição de contribuinte; recalculou o valor venal do imóvel, levando em consideração as esculturas presentes no jardim; e, conforme previsão em lei municipal, passou a aplicar alíquota diferenciada mais elevada de IPTU, em razão da localização do imóvel em área nobre.

À luz da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) as esculturas presentes no imóvel devem ser consideradas na fixação do valor venal do imóvel para fins de IPTU.
- (B) a aplicação de alíquota diferenciada de IPTU, em razão da localização do imóvel em área nobre, viola a Constituição.
- (C) Lucas não é contribuinte de IPTU, por ser mero possuidor.
- (D) a inscrição de Lucas no cadastro de contribuintes, na condição de responsável tributário, é inadequada.
- (E) o único contribuinte deste IPTU é o espólio do tio de Lucas.

38

A sociedade empresária ABC Serviços de Informática Ltda. teve sua falência decretada, tendo ainda dívidas referentes a obrigações principais de ISS.

A massa falida possui, também, entre seus débitos, as seguintes dívidas: I. créditos com garantia real; II. créditos quirografários; III. créditos extraconcursais; IV. créditos decorrentes da legislação do trabalho; V. créditos decorrentes de acidentes de trabalho.

À luz do Código Tributário Nacional, na falência, os créditos tributários referentes a obrigações principais de ISS têm preferência sobre os créditos

- (A) com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- (B) quirografários.
- (C) extraconcursais.
- (D) decorrentes da legislação do trabalho, nos limites e condições estabelecidos em lei.
- (E) decorrentes de acidentes de trabalho.

39

A sociedade empresária *Locação 100% Ltda.*, ativa no setor de locação de bens imóveis, seus e de terceiros, foi incorporada, em operação de alguns milhões de reais, pela sociedade empresária *Locações Especiais Ltda.*, atuante no mesmo ramo de atividade.

À luz da Constituição Federal, sobre a transmissão de bens imóveis da sociedade empresária *Locação 100% Ltda.* para a sociedade *Locações Especiais Ltda.* decorrente da incorporação,

- (A) incide ITBI, por ser a locação de imóveis a atividade preponderante da incorporadora.
- (B) incide ITCMD, por ser qualificada tal transmissão como doação.
- (C) incide ITCMD, por ocorrer tal transmissão entre duas pessoas jurídicas.
- (D) não incide ITBI, por ser transmissão de imóveis decorrente de mera incorporação societária.
- (E) não incide ITBI, por se tratar de mera integralização de capital social.

40

Nova lei complementar nacional, publicada em agosto de 2020 e determinando que entrava em vigor imediatamente, ampliou a lista de serviços tributáveis pelo ISS.

O Município X publicou, em 1º de janeiro de 2021, nova lei ordinária municipal para adequar sua lista de serviços sobre os quais incide o ISS à nova lei complementar nacional. Os novos serviços foram inseridos na lei complementar municipal que originalmente instituiu o ISS no Município X.

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal,

- (A) a nova lei complementar nacional violou o princípio da anterioridade tributária ao determinar que entrava em vigor imediatamente.
- (B) a nova lei ordinária municipal violou a reserva de lei complementar acerca do ISS prevista na Constituição.
- (C) a nova lei ordinária municipal poderia inserir os novos serviços previstos em nova lei complementar nacional no texto da lei complementar municipal instituidora do ISS.
- (D) sendo a nova lei complementar nacional publicada em agosto de 2020, a cobrança efetiva de ISS sobre tais novos serviços pelo Município X pode se dar desde 1º de janeiro de 2021.
- (E) a lei complementar municipal instituidora do ISS somente pode ser alterada por outra lei complementar municipal.

41

As Cias. X e Y apresentavam, em 31/12/X0, os balanços patrimoniais a seguir.

	Cia X	Cia Y
Ativo Circulante		
Caixa	50.000	10.000
Ativo Imobilizado		
Terreno		20.000
Ativo Total	50.000	30.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	50.000	30.000
Passivo + PL	50.000	30.000

Em 01/01/X1, a Cia. X comprou 100% da participação da Cia. Y por R\$ 55.000 para pagamento em X2. Na data, o terreno e a marca tinham valor justo de, respectivamente, R\$ 25.000 e R\$ 15.000.

Em 31/12/X1, aconteceram os seguintes fatos:

Cia. X:

- Receita com prestação de serviços a terceiros à vista: R\$ 40.000
- Custo dos serviços prestados à vista: R\$ 20.000

Cia. Y:

- Receita com prestação de serviços a terceiros à vista: R\$ 20.000
- Custo dos serviços prestados à vista: R\$ 10.000

Além disso, a Cia. Y fez um teste de recuperabilidade de seus ativos e constatou que o terreno tinha recuperabilidade de R\$ 17.000 e, a marca, recuperabilidade de R\$ 8.000.

Assinale a opção que indica o saldo da conta Investimentos, apresentado no balanço patrimonial da Cia. X, em 31/12/X1.

- (A) R\$ 15.000.
- (B) R\$ 50.000.
- (C) R\$ 40.000.
- (D) R\$ 62.000.
- (E) R\$ 70.000.

42

Em relação aos indicadores de prazos médios, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo médio de pagamento a fornecedores indica, em média, quanto tempo a entidade é financiada por seus fornecedores, por meio das compras a prazo.
- (B) O prazo médio de financiamento indica, em média, quanto tempo a entidade financia seus clientes, pelas vendas a prazo.
- (C) O prazo médio de estocagem corresponde à diferença entre o prazo médio de pagamento a fornecedores e o ciclo operacional.
- (D) O prazo médio de recebimento dos clientes corresponde ao tempo decorrido entre a compra de mercadorias e o recebimento do dinheiro da venda.
- (E) O prazo médio de funcionamento da entidade é representado pela soma dos prazos médios de estocagem, de recebimento dos clientes, de financiamento e de pagamento a fornecedores.

43

As Cias. Y e Z apresentavam os seguintes balanços patrimoniais, em 31/12/X0.

	Cia Y	Cia Z
Ativo Circulante		
Caixa	80.000	30.000
Estoques		90.000
Investimento		
Participação na Cia Z	84.000	
Ativo Total	164.000	120.000
Patrimônio Líquido		
Capital Social	164.000	120.000
Part. não controladores		
Passivo + PL	164.000	120.000

Em janeiro de X1, a Cia. Z vendeu metade de seu estoque para a Cia. Y por R\$ 60.000, à vista.

Em outubro de X1, a Cia. Y vendeu 80% de seu estoque para terceiros, por R\$80.000 à vista.

Assinale a opção que indica o valor do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em 31/12/X1, sem considerar a incidência de impostos.

- (A) R\$ 30.800.
- (B) R\$ 32.900.
- (C) R\$ 39.500.
- (D) R\$ 42.500.
- (E) R\$ 47.000.

44

Um ativo intangível resultante da fase de desenvolvimento de projeto interno deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar os aspectos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Capacidade para usar ou vender o ativo intangível.
- (B) Capacidade de estimar os gastos contabilizados na fase de pesquisa do ativo intangível.
- (C) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda.
- (D) Capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.
- (E) Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.

45

Assinale a opção que indica o reconhecimento do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente nas demonstrações contábeis de uma sociedade empresária.

- (A) Receita Operacional.
- (B) Patrimônio Líquido.
- (C) Ativo Intangível.
- (D) Investimentos.
- (E) Não deve ser reconhecido.

46

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	10.000	Capital Social	10.000
Ativo Total	10.000	Patrimônio Líquido	10.000

Em 01/01/X1, ela prestou um serviço por R\$ 100.000, com recebimento em 90 dias.

A sociedade empresária necessitava de recursos financeiros e descontou a duplicata no banco, que cobrou juros de R\$ 5.000 pelo serviço.

Assinale a opção que indica o saldo das contas que integram o ativo circulante da sociedade empresária, em 31/01/X1, após o desconto da duplicata, considerando apenas esses fatos.

- (A) Caixa: R\$ 110.000.
- (B) Caixa: R\$ 10.000; duplicatas descontadas: R\$ 100.000.
- (C) Caixa: R\$ 105.000; despesa antecipada: R\$ 5.000.
- (D) Caixa: R\$ 10.000; duplicatas a receber: R\$ 100.000.
- (E) Caixa: R\$ 105.000; duplicatas a receber: R\$ 100.000.

47

Uma sociedade empresária apresentava, em 31/12/X0, o balanço patrimonial a seguir.

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	60.000	Passivo Circulante	46.000
Caixa	20.000	Salários a pagar	18.000
Estoques	10.000	Fornecedores	28.000
Clientes	30.000	Passivo não Circulante	44.000
Ativo não Circulante	72.000	Empréstimo	44.000
Realizável a Longo Prazo		Patrimônio Líquido	42.000
Contas a receber	40.000		
Imobilizado			
Terreno	32.000		
Ativo Total	132.000	Passivo + PL	132.000

Com relação aos indicadores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O índice de liquidez geral é de 0,68.
- () O índice de liquidez corrente é de 1,30.
- () O índice de composição das exigibilidades é de 0,35.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

48

Para realizar o teste de recuperabilidade de um ativo, deve-se estimar o seu valor em uso. No cálculo do valor em uso do ativo, deve-se considerar, entre outros elementos, a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.

Em relação aos fatores que devem ser incluídos nas estimativas de fluxos de caixa futuros, analise as afirmativas a seguir.

- I. Projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo.
- II. Saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas contabilmente.
- III. Entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.
- IV. Projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

49

De acordo com a NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.

Neste contexto, o auditor assume os fatos em relação aos usuários apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- (B) Possuem conhecimento razoável das atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
- (C) Têm experiência em análise de demonstrações contábeis.
- (D) Reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.
- (E) Entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

50

Com relação à condução da auditoria em conformidade com as normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil (NBCs TA), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O auditor deve observar todas as NBCs TA relevantes para a auditoria, ou seja, todas as NBCs TA que estão em vigor e onde as circunstâncias tratadas existem na situação específica.
- () O auditor deve entender o texto inteiro de cada NBC TA, inclusive sua aplicação e outros materiais explicativos para entender os seus objetivos e aplicar as suas exigências adequadamente.
- () O auditor não deve declarar conformidade com as normas de auditoria em seu relatório, a menos que ele tenha cumprido com as exigências de todas as NBCs TA relevantes para a auditoria.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

51

Assinale a opção que indica a situação em que o auditor deve expressar uma **opinião adversa** em seu relatório.

- (A) O auditor obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções são relevantes, mas não generalizadas para as demonstrações contábeis.
- (B) O auditor obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- (C) O auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
- (D) O auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados.
- (E) Independentemente de ter obtido evidência de auditoria suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à possível interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis.

52

De acordo com a NBC TA 220 (R2) - Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o objetivo do auditor é implementar procedimentos de controle de qualidade no nível do trabalho que forneçam ao auditor segurança razoável de que

- (A) as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções, sejam elas causadas por fraude ou erro.
- (B) a opinião a respeito das demonstrações contábeis é realizada exclusivamente com base em conclusões obtidas por meio das evidências de auditoria.
- (C) a entidade auditada apresenta viabilidade futura e a administração conduz os negócios da entidade com eficiência.
- (D) a auditoria está de acordo com as normas técnicas e com as exigências legais e regulatórias aplicáveis e os relatórios emitidos pelo auditor são apropriados, nas circunstâncias.
- (E) o trabalho do auditor é conduzido com integridade, objetividade, competência, confidencialidade, zelo e conduta profissional.

53

Ao efetuar auditorias governamentais, o Tribunal de Contas atende aos objetivos listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- (B) Realizar parcerias e atuar em rede de controle sob o comando dos três poderes e do Ministério Público, que tomarão as decisões relativas à programação das auditorias solicitadas.
- (C) Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações.
- (D) Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- (E) Avaliar os resultados dos programas de governo ou, ainda, de atividades, projetos e ações específicas, sob os aspectos de efetividade e de equidade.

54

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, é denominado

- (A) empenho da despesa.
- (B) liquidação da despesa.
- (C) lançamento da receita.
- (D) arrecadação da receita.
- (E) recolhimento da receita.

55

De acordo com o Decreto nº 93.872/86, as diretrizes gerais da programação financeira da despesa autorizada na Lei de Orçamento anual serão fixadas em decreto, sendo que os limites financeiros para atender às despesas no exterior constarão de programação financeira de desembolso de forma destacada.

Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- (A) A remessa de moeda estrangeira para as unidades sediadas no exterior será considerada como transferência financeira, a ser realizada por meio de fechamento de contrato de câmbio pelo Ministério ou órgão ao qual se subordinam essas unidades.
- (B) As unidades sediadas no país ou no exterior manterão contas correntes bancárias no exterior.
- (C) O registro das despesas realizadas por unidades sediadas no exterior considerará o último dia do exercício.
- (D) O saldo em moeda estrangeira disponível no início do exercício será considerado utilizando-se a taxa cambial média do exercício anterior.
- (E) O pagamento de despesas no exterior de conta de unidades sediadas no País será feito através de fechamento pela própria unidade de contrato de câmbio considerando, em conjunto, todas as despesas do exercício.

56

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Em relação às finalidades deste sistema de controle interno, analise as afirmativas a seguir.

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias e dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III

57

Uma fábrica de bebidas vende três tipos de embalagens com chás, de 300 mL, de 500 mL e de 1 litro. Os preços unitários de cada tipo de produto são, respectivamente, R\$ 10,00, R\$ 16,00 e R\$ 20,00.

Os custos variáveis unitários são de R\$ 3,00 para a embalagem de 300 mL, de R\$ 5,00 para a embalagem de 500 mL e de R\$ 8,00 para a embalagem de 1 litro.

Em dezembro de X1, a fábrica possuía 100 litros de chá para embalar e vender e buscava obter o maior resultado possível. No mês, a demanda do mercado era de 50 embalagens de 300 mL, 70 embalagens de 500 mL e 80 embalagens de 1 litro.

Considerando apenas as informações apresentadas, assinale a opção que indica o lucro bruto da fábrica em dezembro de X1.

- (A) R\$ 1.120,00.
- (B) R\$ 1.400,00.
- (C) R\$ 1.420,00.
- (D) R\$ 1.720,00.
- (E) R\$ 2.080,00.

58

Em 31/12/X0, uma fábrica de bonecas possuía em seu estoque de matéria prima R\$ 600. Não havia estoque de produtos acabados ou em elaboração.

Em janeiro de X1, a fábrica transferiu metade da matéria prima para a fabricação de produtos. No mês, ela reconheceu o custo com a mão de obra de operários da fábrica, de R\$ 1.000 e a depreciação das máquinas, de R\$ 200. Estes foram pagos apenas em fevereiro.

A produção de janeiro foi de 30 bonecas. Em 31/01/X1, 20 bonecas foram vendidas por R\$ 60,00 cada.

Em relação ao mês de janeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O lucro bruto foi de R\$ 200.
- (B) O custo primário foi de R\$ 600.
- (C) O custo dos produtos fabricados foi de R\$ 1.000.
- (D) O custo fabril foi de R\$ 1.200.
- (E) O custo de transformação foi de R\$ 1.500.

59

Em relação à classificação da água utilizada em uma sociedade empresária que fabrica e vende diferentes tipos de refrigerantes, assinale a afirmativa correta.

- (A) A água utilizada na cozinha do escritório, na preparação da refeição dos funcionários é um custo fixo e indireto.
- (B) A água utilizada na lavagem das garrafas é uma despesa variável.
- (C) A água utilizada na fabricação dos refrigerantes é um custo variável e direto.
- (D) A água utilizada na limpeza da fábrica é uma despesa fixa.
- (E) A água utilizada no escritório e é bebida pelos vendedores, é um custo fixo direto.

60

Uma fábrica produz e vende dois tipos de computadores, portáteis e de mesa. O computador portátil era vendido por R\$ 5.000 e, o de mesa, por R\$ 3.000.

Em janeiro de X0, não havia estoque inicial. No mês, a fábrica produziu 100 computadores portáteis e 90 de mesa, e foram vendidos 80 computadores portáteis e 60 de mesa.

A mão de obra direta tem um custo de R\$ 80 por hora trabalhada. No processo produtivo, é necessário trabalhar três horas na produção do computador portátil e duas horas para produzir o computador de mesa. Ainda, cada computador consome, respectivamente, R\$ 600 e R\$ 800 de matéria prima em sua produção.

Já os custos indiretos de fabricação comuns aos dois tipos são de R\$ 50.000 ao mês. Este valor é rateado de acordo com o gasto com mão de obra direta.

Considerando apenas esses fatos e que a fábrica utiliza o Método de Custeio por Absorção, assinale a afirmativa correta.

- (A) O lucro com a venda de computadores de mesa é de R\$ 109.900.
- (B) O lucro com a venda de computadores de mesa é de R\$ 111.289.
- (C) O lucro com a venda de computadores portáteis é de R\$ 384.750.
- (D) O lucro com a venda de computadores portáteis é de R\$ 306.133.
- (E) O lucro total com a venda de computadores é de R\$ 405.200.

Realização

